

OS PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO  
NOS “BASTIDORES” DA POLÍTICA NO JORNALISMO

*Maria da Penha Pereira Lins* (UFES)

[mpenhalins@gmail.com](mailto:mpenhalins@gmail.com)

*Rosani Muniz Marlow* (UFES)

[rosanimarlow@gmail.com](mailto:rosanimarlow@gmail.com)

RESUMO

Há uma relação de cooperação entre o jornalista e suas fontes na construção diária dos conteúdos publicados nos jornais. Algumas dessas fontes exigem o chamado *off*, para não serem citadas, criando-se um lugar de discurso chamado de bastidores, já entendido pelos leitores como um lugar de fala anônima, de informações não oficiais, mas legitimadas pela imprensa. Neste artigo pretende-se analisar a relação fonte *off* e jornalista, com vistas a verificar se esta relação quebra ou atende aos pressupostos teóricos do princípio da cooperação, Grice (1982), e qual a importância dessa relação para as informações que chegam ao leitor.

**Palavras-chave:** Princípio da cooperação. Jornalismo. Bastidores.

**1. Introdução**

O jornal *A Tribuna*, no seu Programa Permanente de Autorregulamentação, apresenta ao leitor sua visão de “ser o jornal referência no Espírito Santo na produção e veiculação de conteúdos informativos, interagindo com a sociedade e possibilitando um maior conhecimento do mundo” (REDE, 2012, p. 2). Para tanto, neste programa, o jornal *A Tribuna* estabelece valores estratégicos para cumprir sua missão de ser um jornal a serviço do capixaba, comprometido em oferecer comunicação, informação e entretenimento, com interatividade, qualidade, credibilidade, relevância e pluralidade, sob os princípios da ética e da responsabilidade social e ambiental, por meio da excelência profissional, visando à satisfação das partes envolvidas, a rentabilidade e o lucro. Dentre esses valores, estão tanto a observação dos mais elevados padrões éticos, morais, de honestidade e de integridade quanto a competitividade de mercado (REDE, 2012, p. 2). Tudo isso toma forma e conteúdo através do quadro de empregados da empresa de comunicação e, mais especificamente, da equipe de profissionais da redação, que transformam a matéria prima das mais diversas fontes num veículo impresso, tecnicamente organizado em manchetes, reportagens, entrevistas, imagens, gráficos, artigos de opinião, matérias, notas e outros gêneros textuais jornalísticos.

Pode-se afirmar, então, que tudo começa com o jornalista que, ao consultar, entrevistar, abordar, investigar, tem da sua fonte o material para produzir o jornal que, diariamente, está à disposição do leitor, nas bancas, no endereço dos assinantes, nas empresas e em tantos outros locais. Além do jornalista, a fonte configura-se essencial para uma boa matéria jornalística. Há uma intimidade na relação repórter-fonte. (CHAPARRO, 1994, p. 63)

Não obstante, porém, muitas vezes as fontes impõem-se o anonimato e ao jornalista cabe aceitar ou não a condição do *off*<sup>48</sup> que, “em qualquer circunstância, é uma decisão solitária, crucial e exclusiva do repórter” (FORTES, 2005, p. 63). Segundo Chaparro, “em muitos jornais de prestígio internacional, o rigor ético limita ou impede a utilização da informação em *off* [...]. No Brasil, porém, o *off* é uma das almas da cultura jornalística” (CHAPARRO, 1994, p. 64). É, portanto, de causar curiosidade, quando não estranheza, a leitura de matérias jornalísticas que contêm informações cuja origem não é revelada, ou seja, cuja fonte é feita desconhecida para o leitor.

Sabe-se que a imprensa, senso comum, ao longo dos anos, firmou-se como o “quarto poder”, tendo em vista a força de seu alcance e influência na sociedade, sobretudo em questões políticas, econômicas e sociais. Essa abrangência faz da imprensa poderoso veículo ideológico, ora objeto de interesse e aliança, ora objeto de embate e crítica. No cerne dessas relações, ora cooperativas, ora conflituosas, está o repórter, responsável por coletar, tratar e publicar a informação das fontes para os leitores do jornal.

A ideia de quarto poder surgiu a partir de meados do século 19 como recurso no meio de sociedades democráticas: um órgão responsável por fiscalizar os abusos dos três poderes originais (Legislativo, Executivo e Judiciário). Esse poder, representado pela imprensa, teria como dever denunciar violações dos direitos nos regimes democráticos – o que ocasionalmente não acontece – nos quais as leis são votadas “democraticamente” e os governos são eleitos pelo sufrágio universal. (CARVALHO NETO, 2013, p. 1)

Além dessa configuração de “utilidade pública” de fiscalização, a imprensa também se identifica economicamente como empresa que comercializa um produto visando lucro: antes de informar, ela precisa vender a informação. E vender uma informação de uma forma mais atrativa

---

<sup>48</sup> “Off”, simplificação do inglês *Off the Record* (extraoficialmente, confidencialmente), é o jargão que, no meio jornalístico, identifica a prática de passar ao jornalista informações que não deveriam ser publicadas ou que, se publicadas, não devem ter a fonte revelada.

do que a do concorrente. Melhor ainda se a informação é inédita, exclusiva, o chamado “furo de reportagem”. Nesse aspecto, o tempo de que o jornalista dispõe se torna precioso à medida que a notícia é perecível, que as opções de pautas são múltiplas e que a adequação da informação aos espaços diagramados é imperativa. Diante de uma pauta, em geral, o jornalista dispõe de um rol de fontes que cooperarão com ele na cobertura do fato. Na verdade, cada jornalista “colecciona” de maneira “exclusivista” as suas fontes e, muitas vezes, as fontes com as quais o jornalista dialoga, na produção de conteúdo jornalístico, são de ordem pessoal, particular - há um vínculo entre o repórter e sua fonte.

Neste sentido, pretende este artigo avaliar um aspecto que se mostra instigante na relação fonte e jornalista, tendo em vista que, à medida da relevância e especialmente da consequência da informação, até mesmo a identidade da fonte pode ser preservada e a responsabilidade sobre a informação assumida pelo jornalista ou pela empresa de comunicação, não raro judicialmente, mostrando-se uma intensa cooperação, senão cumplicidade, entre fonte *off* e jornalista.

Faz-se prudente registrar o fato de que o noticiário político, mais do que outras áreas do jornalismo, é “fortemente influenciado pelos interesses das fontes, intervenientes preparados (inclusive com assessorias especializadas) para usar, em proveito próprio, os meios e processos jornalísticos” (CHAPARRO, 1994, p. 61) e que as fontes podem, no anonimato, encontrar o ambiente ideal para fazer valer suas reais intenções e que “o boato [...] constitui-se instrumento de difusão de informações utilizado intensamente pelas fontes”. (CHAPARRO, 1994, p. 66)

Buscando compreender a relação discursiva entre a fonte *off* e o jornalista, queremos considerar as categorias da quantidade, da qualidade, da relação e do modo, teorizadas por Herbert Paul Grice (1982), ou simplesmente Paul Grice, filósofo britânico estudioso da linguagem, que vivera de 1913 a 1988, para uma interlocução que se mostre cooperativa, pretendendo responder às seguintes questões: A condição do *off* abala ou reforça o princípio da cooperação discursiva entre fonte e jornalista? Juntos, a fonte *off* e o jornalista, cooperam discursivamente com o interlocutor? Assumindo a responsabilidade sobre informação “de bastidores”, o jornalista contribui com ou quebra o princípio da cooperação entre veículo impresso e leitor?

Também compreender de que forma o conteúdo informativo de fontes *off* é materializado pelo jornalista para os interlocutores (leitores

do jornal). E, por final, verificar se a condição de anonimato traz prejuízo às categorias da interlocução cooperativa e conseqüentemente ao produto notícia jornalística.

Visando encontrar respostas, pretende-se, neste artigo, dar conta de questões recorrentes à comunicação, em especial à produção de conteúdo jornalístico e suas características tanto de base linguística quanto de base jornalística, conceituando, assim, os protagonistas da realização do objeto proposto para análise no viés linguístico do princípio da cooperação, de Grice, quais sejam: fonte *off* e jornalista, considerando como lugar de discurso o jornal impresso.

Assim, especificamente, pretendemos analisar recortes de matérias com informações provenientes de fonte *off*, que são, por isso, de inteira responsabilidade do jornalista ou da empresa de comunicação que a publicou.

Esta pesquisa justifica-se, tendo em vista as razões que fazem do jornal impresso um meio de comunicação de massas com inquestionável poder ideológico, na pretensão de se responder às questões formuladas de importância crucial para compreender até que ponto o veículo jornal e seus profissionais de jornalismo de fato têm conseguido produzir informação com os valores institucionais elencados, tomando como base a fonte *off*.

## **2. O princípio da cooperação na interação**

Paul Grice teoriza sobre a conversação, a ética, as intenções da comunicação e sua dimensão inferencial. O filósofo afirma que cada falante depende esforços cooperativos nos diálogos e reconhece um propósito comum ou um conjunto de propósitos que sustenta e orienta a direção da conversa. (GRICE, 1982, p. 86)

Do cerne dessa questão, Grice (1982, p. 86) concebe um “princípio muito geral” no qual cada participante faz a sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que está engajado. É o princípio de cooperação.

E, para dar conta de sua teoria, o teórico estabelece um conjunto de regras que devem reger o ato conversacional efetivo: São as máximas conversacionais, reunidas sob o princípio da cooperação, em que os inte-

grantes se engajam na conversa e contribuem de acordo com as exigências da troca conversacional. O autor esclarece que “esta especificação, naturalmente, é demasiado estreita e o esquema tem que ser generalizado para abranger propósitos gerais tais como influenciar ou dirigir as ações dos outros”. (GRICE, 1982, p. 88)

Noutra ocasião, Grice descreve algumas das suposições que defende estarem presentes nas conversações entre falantes

É importante reconhecer estas máximas porque nós temos suposições nas conversações. Nós supomos que as pessoas estão normalmente fornecendo uma quantia apropriada de informação [...]; nós supomos que estão dizendo a verdade, sendo relevantes, e tentando ser claras o quanto podem. Porque estes princípios são supostos na interação normal. (GRICE, 1996, p. 37. Tradução nossa)<sup>49</sup>

A partir do princípio da cooperação, sob as categorias de quantidade, qualidade, relação e modo (ou maneira), Grice formula as máximas e estabelece as implicaturas conversacionais, fenômenos gerados quando há violação das regras citadas. A ironia, as expressões ambíguas, a metáfora, entre outras, constitui violação do princípio da cooperação ou, pelo menos, de uma ou mais de suas máximas, e são, na verdade, recursos do falante para transmitir informações além do sentido literal.

O princípio da cooperação de Grice (1982) é o seguinte: “Faça a sua contribuição à conversação tal como ela é requerida, no estágio em que ela se encontra, para os propósitos mutuamente acordados” (GRICE, 1982, p. 86). Para ele, os indivíduos que se comunicam em boa fé constroem enunciados que obedecem a quatro máximas ou categorias, assim constituídas:

**Máxima da quantidade:** Esta categoria está relacionada com a quantidade de informação fornecida e a ela correspondem as seguintes submáximas: “Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação)”; “Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido”.

**Máxima da qualidade:** A máxima da qualidade evidencia a importância da veracidade da informação: “Trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira”. Complementam a categoria, duas máximas mais específicas:

---

<sup>49</sup> “It is important to recognize these maxims as unstated assumptions we have in conversations. We assume that people are normally going to provide an appropriate amount of information [...]; we assumed that they are telling the truth, being relevant, and trying to be as clear as they can. Because these principles are assumed in normal interaction”.

“Não diga o que você acredita ser falso”; “Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada”.

**Máxima da Relação:** É a categoria mais concisa: “Seja relevante”. No entanto, o próprio Grice (1982, p. 87) reconhece que a máxima da relação oculta questões difíceis de tratar, como: tipos de foco de relevância e mudança de assunto da conversação.

**Máxima da Maneira:** A categoria da maneira não está relacionada ao que é dito (como as anteriores), mas sim a como o que é dito deve ser dito. Nesta categoria, é considerada como supermáxima: “Seja claro”. E como submáximas: “Evite obscuridade de expressão”; “Evite ambiguidades”; “Seja breve (evite prolixidade desnecessária)”; “Seja ordenado”. Nessa categoria, é possível se admitir a necessidade de outras submáximas.

Apesar de declarar que o princípio da cooperação foi concebido para se observar e reger a ocorrência da fala ou do diálogo em boa fé, Grice admite a aplicação de suas máximas noutras ocorrências sociais, em “transações que não são diálogos”. (GRICE, 1982, p. 88)

Isso se dá, segundo Grice (1982, p. 89), porque “os falantes em geral procederão na forma prescrita por estes princípios [...] as pessoas se comportam dessa maneira; elas aprenderam a agir assim na infância e não abandonaram o hábito de assim o fazer”. Na visão do autor, falar a verdade é fácil, enquanto que inventar e manter mentiras exige um grande esforço, uma ruptura radical.

Fato empírico à parte e assumindo posição mais racionalista, Grice (1982, p. 90) crê também existir “uma prática conversacional não meramente como alguma coisa que todos ou a maioria acata, mas como algo que é, para nós, *razoável* acatar, como algo que nós devêssemos acatar [...] como uma questão quase-contratual”.

Por isso são perceptíveis, nas conversações, alguns traços comuns entre falantes cooperativos (“*cooperative conversational partners*”): mesmo objetivo imediato, contribuições encadeadas e mutuamente dependentes e entendimento explícito ou tácito de continuidade ou não do intercâmbio linguístico.

Grice (1996, p. 39) também reconhece que existem circunstâncias nas quais os oradores podem optar por não contribuir ou não podem seguir as expectativas do princípio da cooperação:

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Nas salas de tribunais e salas de aula, as testemunhas e os estudantes são frequentemente convidados para dizer coisas que já são conhecidas (desse modo violando a máxima da quantidade). Tal conversa institucional especializada é claramente diferente da conversação<sup>50</sup> [Tradução nossa].

Sobre a utilização das implicaturas conversacionais, expressões que, embora não tipicamente tão informativas quanto se é requerido, no contexto, são interpretadas naturalmente porque comunicam mais do que está sendo dito (isto é se o orador sabe a resposta, ou seja, se o ouvinte percebe a aparente violação das máximas e entende o que se faz saber a mais do que está sendo dito), o filósofo adverte de que as implicaturas são “suposições de interação cooperativa”, ou seja, porque as implicaturas comunicam o que não está dito, os oradores podem sempre negar que pretenderam comunicar tais significados: “As implicaturas da conversação são negáveis. Elas podem explicitamente ser negadas (ou alternativamente, reforçadas) em diferentes caminhos”<sup>51</sup>. (GRICE, 1996, p. 44. Tradução nossa).

Grice (1982, p. 94) chega a estabelecer um padrão geral para dedução de implicaturas conversacionais e a citar exemplos de implicaturas nos quais nenhuma máxima é violada (ou pelo menos isso não está claro), ou uma máxima é violada, ou abandonada de propósito, numa estratégia de reforço de outra máxima.

Interessa-nos, neste artigo, perceber o princípio da cooperação, na sua prática ou no seu destrato, na conversação entre fontes *off* e jornalistas com vistas à produção de matérias jornalísticas, bem como entender o grau de comprometimento que essa relação traz às categorias do princípio da cooperação na notícia jornalística.

### 3. O princípio da cooperação em “bastidores”

O *corpus* desta análise faz parte de uma triagem de textos do jornal *A Tribuna*, pesquisados através de expressões normalmente observadas e associadas à informação que procede de fonte cuja identidade foi preservada, como: “bastidores” e “fontes não oficiais”. Através destas

---

<sup>50</sup> “In court-rooms and class-rooms, witnesses and students are often called upon to tell people (thereby violating the quantity maxim). Such specialized institutional talk is clearly different from conversation”.

<sup>51</sup> “Conversational implicatures are deniable. They can be explicitly denied (or alternatively, reinforced) in different ways”.

expressões, foi feita uma pesquisa no arquivo virtual do jornal e separadas as regularidades de interesse deste artigo.

Tendo em vista que a amplitude desta análise é objeto de tese de mestrado em andamento junto ao Programa de Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, este artigo se limitará ao termo “bastidores” e contemplará uma análise superficial do fenômeno, considerando o espaço limitado para este estudo.

Apesar de serem observadas em outras editorias, como Economia e Polícia, é na Política que se faz mais presente a utilização de informações de fontes de identidade preservada. Porém, o termo “bastidores” é utilizado especialmente em notícias políticas.

Em pesquisa parcial, que englobou apenas o mês de novembro de 2014 e o caderno de “Política” do jornal *A Tribuna*, do estado do Espírito Santo, o verbete do *off* teve dez ocorrências, sendo nove matérias, empregando o termo “bastidores”, metaforizando o fato de que as informações ou os informantes não podem ser revelados ao público.

A seguir, quadro panorâmico das ocorrências registradas em matérias do jornal *A Tribuna*, no mês de novembro de 2014, no caderno de “Política”, de interesse do presente artigo, sendo destacadas as palavras indicadoras de informação de fonte *off*.

Nº	Data, página, autoria ou procedência e títulos	Ocorrência e localização da ocorrência	
1	02/11/14, p. 48, Guto Netto: Cotados para ocupar vaga no governo	Nomes como Luiz Paulo Vellozo Lucas, para o Bandes, e Sueli Vidigal, na Assis-tência Social, são apontados <i>nos bastido-res</i> .	olho <sup>52</sup>
2	02/11/14, p. 48, Guto Netto: Cotados para ocupar vaga no governo	O governador eleito, Paulo Hartung (PMDB), prefere não falar sobre quem irá compor seu secretariado. Mas, <i>nos basti-dores</i> , já são muitos os cotados para as 21 secretarias.	lide <sup>53</sup>
3	03/11/14, p. 25, São Paulo: Reunião de “bloco” na Câmara para isolar PT	<i>Nos bastidores</i> , peemedebistas alegam não ser saudável o PT, que controlará o Execu-tivo por mais quatro anos, também co-mandar o Legislativo. O líder do PMDB é desafeto do Palácio do Planalto, que, in-ternamente, considera que o deputado age	6º §

<sup>52</sup> Olho, jargão jornalístico, subtítulo discreto abaixo do título das matérias jornalísticas.

<sup>53</sup> Lide, jargão jornalístico para o primeiro parágrafo da matéria jornalística que, sinteticamente, responde às questões o quê, quem, quando, onde, como e por quê.



## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

		como “líder da oposição” na Casa. O partido de Dilma deve lançar um nome contra a candidatura de Eduardo Cunha.	
4	03/11/14, p. 24, Brasília: Planalto articula para pôr aliado no TCU	Os partidos aliados ainda não discutiram a questão oficialmente, mas já lançam alguns nomes <i>nos bastidores</i> . Despontam políticos sem mandato e derrotados nestas eleições.	7º §
5	08/11/14, p. 36, Guto Netto e Pedro Callegario: [Auxílio-Moradia] [Só 15 abriram mão no Judiciário] No Ministério Público, clima é de divisão interna.	Internamente, porém, o clima no órgão ainda é de divisão. Para recebimento é necessário que os promotores e procuradores solicitem o benefício. Alguns chegaram até a recuar do pedido, de acordo com <i>informações de bastidores</i> .	2º §
6	08/11/14, p. 40, São Paulo: [Crise na Petrobras] [Federal investiga “operador do PMDB”] Comissão é prorrogada	<i>Nos bastidores</i> , o PMDB trabalhou pela prorrogação da CPI.	3º §
7	09/11/14, p. 46, Aline Dias: [Herança Política] Obras que vão ficar para Hartung	<i>Nos bastidores</i> , há incerteza de como será realizada entrega da faixa governamental, no dia 1º de janeiro, uma vez que o clima da campanha, com troca de acusações entre Casagrande e Hartung, tem se refletido na relação das duas equipes de transição.	6º §
8	14/11/14, p. 39, Guto Netto: Dança das cadeiras em 15 secretarias	Nas quatro principais prefeituras da Grande Vitória, o assunto de reforma do secretariado ainda é tratado com cautela, inclusive <i>nos bastidores</i> , mas <i>interlocutores</i> garantem que o tema tem dado o que falar.	lide
9	14/11/14, p. 38, Giovanni Pagotto e Luiz Fernando Brumana: [Auxílio-moradia] [“Exijo respeito a quem pediu o benefício”] Sócrates diz acatar decisão	De acordo com <i>informações de bastidores</i> , há relatos de membros que estão deixando moradias funcionais, pagas pelos órgãos, para poder receber o auxílio-moradia – quem reside em imóvel funcional não pode receber o auxílio.	7º §
10	19/11/14, p. 42, Guto Netto: [Casagrande descarta fazer “oposição por oposição”] Quatro cotados para assumir cargos na equipe de Hartung	Embora ainda <i>não haja confirmação oficial</i> , os nomes de Renzo Colnago, Leonardo de Castro Filho e Ana Paula Vêscovi são dados como certos. O vice-governador eleito César Colnago também deve ocupar uma pasta. [...] <i>Nos bastidores</i> , circula que Hartung também pretende colocar um grande número de mulheres em altos postos de seu governo.	2º § 7º §

Todas estas matérias ocupam lugar de destaque nas páginas do caderno de “Política”. Das ocorrências elencadas, é possível observar que

houve predomínio e/ou reincidência do uso de informações *off* em matérias de assuntos políticos que estavam em evidência no mês de dezembro de 2014, último mês antes da transição nos governos federal e estadual após as eleições de outubro de 2014, cujos eleitos assumiriam em janeiro de 2015. Por exemplo: das dez ocorrências citadas, quatro estão relacionadas à sucessão do então governador Renato Casagrande, derrotado nas urnas pelo candidato eleito Paulo Hartung; e três ocorrências são especulações sobre a composição das secretarias do novo Governo Estadual. Tendo em vista o interesse do leitor do jornal *A Tribuna* neste assunto, as informações de fontes *off* foram utilizadas. Sendo assim, na premissa de haver cooperação, ética e profissionalismo entre as partes, fonte e jornalista, conforme os valores e princípios elencados no Programa Permanente de Autorregulamentação do Jornal *A Tribuna*, é possível analisar, em relação ao princípio da cooperação, que, em detrimento da máxima da quantidade, haja vista que os dados das fontes *off* não são oficiais, comprováveis ou suficientes, o jornalista deu às informações o *status* de verídicas, apesar do *off*, atendendo à máxima da qualidade, mesmo atraindo para si o ônus do anonimato da fonte. Ou seja, a ruptura observada para a máxima da quantidade é compensada na valorização da máxima da qualidade.

Quanto às demais ocorrências de publicação de informações de “bastidores”, duas estão relacionadas ao “escândalo” da autorização do pagamento de benefício de auxílio-moradia no valor mensal de R\$ 4.377,73 para juízes e desembargadores do País. Dos 343 membros do Estado do Espírito Santo, 328 haviam solicitado o benefício, o que levou jornalistas à busca de fontes e à “caça” aos nomes dos beneficiados que, claro, não seriam expostos por meios oficiais. Dadas as críticas e a repercussão negativa do assunto, dos “bastidores” vieram as informações publicadas de que “alguns chegaram até a recuar do pedido” e que outros estariam “deixando moradias funcionais, pagas pelos órgãos, para poder receber o auxílio-moradia – quem reside em imóvel funcional não pode receber o auxílio”. A pauta recebeu a atenção e o pronunciamento enfático do Chefe do Ministério Público, Eder Pontes: “O Chefe da instituição administrativa sou eu. Ninguém está autorizado a falar, a não ser eu” e “Exijo respeito a quem pediu o benefício”. Apesar de o conteúdo originado pelas fontes *off* não ter representado muito em termos da máxima de quantidade, em relação à máxima da qualidade fica clara a sua importância, dada a manifestação enérgica nas palavras do procurador geral do Órgão.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Outras duas ocorrências consideram informações *off* em assuntos do Governo Federal: a conquista da presidência da Câmara Federal através de articulações políticas entre partidos que “excluem” o PT e a substituição do ministro José Jorge no TCU (Tribunal de Contas da União) por candidato de “perfil amigável” no Planalto. As informações em *off* atenderam à máxima da qualidade, justificando a quebra da máxima da quantidade tendo em vista que, apesar de não oficiais e insuficientes, foram consideradas verdadeiras e publicadas.

Finalmente, uma ocorrência para a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Petrobras; e uma ocorrência para o assunto da reforma do secretariado de quatro Prefeituras Municipais da Grande Vitória. Na primeira matéria, é informação de bastidores que o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) trabalhou pela prorrogação da CPI integrada apenas por senadores aliados ao Governo Dilma Rousseff, CPI esta que estava sem realizar reuniões há quase quatro meses. Na segunda, por sua vez, o assunto da reforma nas secretarias municipais é tratado com cautela até mesmo nos bastidores, tendo em vistas as demissões e exonerações que viriam. Novamente, percebemos um nível aquém de informação para atender às máximas da quantidade e da qualidade, o que não inviabilizou a sua publicação no jornal.

Em todas as ocorrências, parece evidente que o termo “bastidores” tornou-se sinônimo de “lugar de fala não autorizada, mas confiável”, dispensando, inclusive, explicações do jornalista ao leitor quanto à imprecisão ou conveniência deste tipo de informação. A metáfora dos bastidores é largamente utilizada no jornalismo para configurar informações de fontes que não podem estar “sob holofotes”.

De uma forma geral, entendemos que a publicação de informações de fonte *off*, por si só, reflete o atendimento da máxima da relação, tendo em vista que uma informação irrelevante não passaria pelo crivo da pauta das redações dos jornais.

No entanto, com relação à máxima da maneira, ocorre uma quebra generalizada, tendo em vista que as informações de fonte *off* vêm sendo publicadas acompanhadas de termos e expressões que indicam imprecisão, vaguidão e superficialidade nos dados, o que denota uma dada modalização, estratégia ou recurso jornalístico de distanciamento do jornalista que publica e assina a matéria. Dentre estes termos e expressões, servem como exemplos: “Despontam políticos”, “há incerteza de como

será”, “interlocutores garantem”, “há relatos de membros” e “são dados como certos”.

Da mesma forma, outro fato a considerar é o emprego de termos e expressões que generalizam e não especificam os sujeitos, como: “peemebistas alegam”, “o líder do PMDB é desafeto do Palácio do Planalto”, “alguns chegaram até a recuar” e “o PMDB trabalhou”.

De modo geral, em se tratando do veículo jornal impresso, acreditamos que especialmente as máximas da quantidade, da relação e da maneira são diretamente impactadas pela necessidade do “enquadramento” dos textos aos espaços editoriais.

Nesta mesma perspectiva, entendemos que a máxima da qualidade, dada a importância de uma informação no contexto jornalístico, pode interferir em relação à máxima da quantidade. Como exemplo desse ponto de vista, citamos a ocorrência número um, cuja matéria informa que, “nos bastidores, já são muitos os cotados para as 21 secretarias” do Governo Paulo Hartung. Daí a matéria prossegue elencando os possíveis nomes, sempre antecipados por expressões que denotam a não confirmação ou indefinição da informação, como: “é cotado para assumir”; “pode assumir”, “deve ser”, “deve assumir”, “pode ser aproveitado” e “são lembrados”, “pode ir”, “forte candidato para assumir”, “são dados como certos”. Ou seja, mesmo carregada de vaguidão, e originada de fonte *off*, a notícia era de interesse do jornalismo e de seus leitores, tendo o devido destaque na página do jornal.

#### **4. Considerações finais**

Nesta breve análise, este artigo entendeu que a condição do *off* reforça o princípio da cooperação na relação discursiva entre fonte e jornalista, já que ambos evidenciam esforços demasiados, tendo em vista a importância da informação, para atender aos interesses de cada parte: a fonte, de confiar uma informação para ser publicada sem qualquer tipo de relação ou retaliação a sua pessoa; e o jornalista, de que aquela dada informação tem mais valor em si do que risco eminente. Juntos, a fonte *off* e o jornalista, cooperam discursivamente com o interlocutor à medida que, ao tornarem pública uma informação, mesmo que omitida a sua origem, mesmo que imprecisa ou insuficiente, a fazem mediante o risco de interpelações jurídicas em caso de quebra de ética ou outras motivações que originem demandas judiciais. Assumindo a responsabilidade sobre

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

informação “de bastidores”, o jornalista toma para si o crédito da informação de outrem, passando a atender ao princípio da cooperação entre jornal e leitor.

Desta forma, pretendemos concluir a propósito do princípio da cooperação, segundo seu próprio autor:

Gostaria de mostrar que a observância do Princípio de Cooperação e das máximas é razoável (racional) da seguinte forma: pode-se esperar que quem quer que se preocupe com os objetivos que são centrais na conversação/comunicação (por exemplo, dar ou receber informações, influenciar ou ser influenciado por outros) tenha interesse, dadas as circunstâncias apropriadas, em participar de conversações proveitosas, somente supondo que elas são conduzidas de acordo com o princípio de cooperação e as máximas (GRICE, 1982, p. 91).

Concordamos com Grice quando entende que o princípio da cooperação e as máximas são de interesse de partícipes numa conversação que pretende informar e influenciar, como aí bem se encaixam os conteúdos jornalísticos. Também concordamos que não há uma intenção primeira de comprometer a cooperação na interação entre fonte *off* e jornalista, porém é certo que as particularidades do discurso jornalístico, em especial no campo da política, favorecem adequações das máximas em decorrência de interesses particulares ou unilaterais, tanto do jornalista ou do veículo que ele representa, quanto da fonte *off* ou do sujeito que ela representa.

E, por fim, tendo em vista a prestação de um serviço de informação diário e ininterrupto, o leitor do jornal é quem avalia a competência do jornal em relação aos seus conteúdos quando o adquire e mantém a preferência pelo mesmo, pois certamente pesa sobre os jornalistas a responsabilidade do seu produto final em relação ao produto da concorrência.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A *TRIBUNA*. Comissão é prorrogada. *A Tribuna*, Vitória (ES), 8-11-2014. Política, p. 40.

\_\_\_\_\_. Cotados para ocupar vaga no governo *A Tribuna*, Vitória (ES), 2-11-2014. Política, p. 48.

\_\_\_\_\_. Dança das cadeiras em 15 secretarias. *A Tribuna*, Vitória (ES), 14-11-2014. Política, p. 39.

\_\_\_\_\_. No Ministério Público, clima é de divisão interna. *A Tribuna*, Vitória (ES), 8/11/2014. Política, p. 36.

\_\_\_\_\_. Obras que vão ficar para Hartung. *A Tribuna*, Vitória (ES), 9-11-2014. Política, p. 46.

\_\_\_\_\_. Planalto articula para pôr aliado no TCU *A Tribuna*, Vitória (ES), 3-11-2014. Política, p. 24.

\_\_\_\_\_. Quatro cotados para assumir cargos na equipe de Hartung. *A Tribuna*, Vitória (ES), 19-11-2014. Cidades, p. 42.

\_\_\_\_\_. Reunião de "bloqueio" na Câmara para isolar PT. *A Tribuna*, Vitória (ES), 3-11-2014. Política, p. 25.

\_\_\_\_\_. Sócrates diz acatar decisão. *A Tribuna*, Vitória (ES), 14-11-2014. Política, p. 38.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENTES, Anna; LEITE, Marli Quadros (Orgs.). *Linguística de texto e análise da conversação*. São Paulo: Cortez, 2010.

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral*, vol. I. Trad.: Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1995.

CARVALHO NETO, Reynaldo C. O “quarto poder” e censura democrática. *Observatório da Imprensa*. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa>>. Acesso em: 10-11-2013.

CHAPARRO, Manuel C. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994.

FIORIN, José Luiz. (Org.). *Introdução à linguística I: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. *Introdução à linguística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003.

FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

GRICE, Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo. (Org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*, vol. IV, Campinas: [s.n.], 1982.

\_\_\_\_\_. Cooperation and Implicature. In: YULE, George. *Pragmatics*. New York: Oxford University Press, 1996.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetórias e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 2005.

*MANUAL de redação*: Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

REDE Tribuna de Comunicação. *Jornal A Tribuna autorregulamentação*. Relacionamento com mais transparente com os leitores. Vitória, 2012.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.

VILLELA, Regina. *Quem tem medo da imprensa? Como e quando falar com jornalistas*. Guia básico de mídia training. Rio de Janeiro: Campos, 1998.